



**Intervenção do Ministro das Infraestruturas e da Habitação na  
interpeação ao Governo sobre «A crise no serviço postal e a  
recuperação do controlo público dos CTT»**

**12 março 2020**

**Caro Presidente da Assembleia da República**

**Caras e caros senhores deputados,**

É sempre uma honra comparecer neste plenário, e ainda mais quando o governo é interpelado para responder sobre um tema desta importância.

Este tema é importante não apenas pela empresa em causa – os CTT –, mas também porque ele permite-me partilhar convosco **cinco ideias** tão *curtas* como *essenciais*.



I

**Primeira ideia:** nas últimas duas décadas e meia, o país privatizou **demasiadas** empresas públicas e privatizou **mal**, mesmo – não há problema em admiti-lo – quando foram governos do Partido Socialista a fazê-lo.

**Segunda ideia:** o país privatizou empresas que, em muitos casos, eram não apenas lucrativas mas também queridas do povo; empresas que não só davam dividendos orçamentais, mas que mantinham os laços simbólicos do Estado com as populações. **Um Estado que serve o povo com o seu património ganha legitimidade e depende menos de impostos para se financiar.**

**Terceira ideia:** a *regulação*, vista como solução para corrigir problemas que resultam da privatização, é, em muitos setores-chave da economia, uma alternativa **fraca** – porque quando uma empresa pública é privatizada, fica mais difícil aos cidadãos exercerem o seu controlo democrático. **O escrutínio popular de uma empresa pública é mais fácil do**



que no caso de uma empresa privada regulada por uma entidade independente. No primeiro caso, podemos sempre pedir contas ao governo.

**Quarta ideia:** a *regulação* é também uma alternativa **pobre** - porque, uma vez uma empresa pública privatizada, fica mais difícil a um governo impor exigências e garantir que a empresa forneça um melhor serviço ao povo. **Um Estado regulador é um Estado menos eficaz.**

**Quinta ideia:** a privatização de empresas públicas é ainda mais **gravosa** e **errada** quando essas empresas atuam em setores que são *monopólios naturais*, ou seja, onde é impossível existir concorrência entre diferentes empresas.

## II

Estas cinco ideias resultam de uma avaliação *serena, tranquila* do nosso passado recente.



Elas são essenciais para compreender o que de **profundamente errado** se passou com a privatização dos CTT e em que situação estamos hoje.

Trata-se de uma empresa que dava dividendos ao Orçamento de Estado, que desempenhava um papel *ímpar* na garantia simbólica da unidade e coesão territorial, e que opera num setor onde o mercado não funciona como nas utopias simplistas dos liberais.

Bem sei o que o PSD e o CDS vão dizer: a sua privatização estava prevista no memorando da *troika*, negociado e assinado pelo PS. Seja: essa privatização estava **mal prevista**.

Uma vez privatizada, a empresa o Estado perdeu capacidade de intervenção e de garantir que as populações são bem servidas com qualidade, dignidade e igualdade.



E se a privatização foi errada, o resultado final da negociação do contrato de concessão não foi melhor.

### III

Caras e caros deputados,

Já dissemos várias vezes que o cenário de entrada no capital dos CTT não está excluído pelo nosso governo. A renegociação do contrato de concessão e o seu resultado em termos de obrigações para o prestador do serviço universal será determinante para qualquer decisão que venhamos a tomar.

Assim, ainda há caminho a percorrer até uma decisão mais impactante na vida de uma empresa que ainda recentemente foi alvo de mudanças societárias radicais que são sempre muito perturbadoras.



Uma parte fundamental desse trabalho passa, por exemplo, por estudar, por antecipar o impacto que as inevitáveis mudanças no modelo de negócio postal tradicional terão numa empresa como os CTT.

O negócio da troca de cartas está em forte declínio há vários anos; e tudo o que sabemos sobre a sociedade *hoje* diz-nos que não regressaremos, no *futuro*, aos padrões que marcaram o negócio postal, *no passado*.

Isto significa que, ao lado de um serviço universal tradicional de qualidade capaz de servir os portugueses em todo o território nacional, uma empresa como os CTT, *tenha capitais maioritariamente públicos ou privados*, terá de saber agarrar oportunidades comerciais de futuro.

Por exemplo, terá de reorientar progressivamente a sua estratégia comercial para negócios emergentes, como é o de transporte e entrega de encomendas, aproveitando o crescimento do comércio eletrónico, que tem ainda um potencial de progressão muito relevante em Portugal.



IV

Caras e caros deputados,

As privatizações de empresas públicas em setores nucleares para o país pagam-se caro. Nuns casos, esses custos são *difusos, escondidos*, e precisamos de indicadores estatísticos para os medir; noutros casos, os custos são *visíveis, sentidos* todos os dias por milhões de portugueses. Este é um desses casos.

A privatização dos CTT, sabe hoje muito bem o país, foi um **erro grave** que não acautelou o interesse do povo. Cabe-nos a nós ter a *humildade* para saber tirar as lições sobre decisões passadas.

E por isso é que, **sem fechar a porta, sem excluir nenhum cenário, sem antecipar qualquer decisão sobre uma eventual entrada do Estado no capital da empresa** - o que podemos afirmar é que, independentemente da estrutura societária dos CTT, o futuro contrato de concessão de serviço postal universal terá de garantir níveis **decentes** de *qualidade, de relação*



*com o poder local e de presença no território – a começar pela garantia mínima de uma estação de correios por Concelho.*

Este é o nosso **compromisso**: trabalharmos no quadro do contrato de concessão para que se garanta qualidade no serviço postal, a densidade territorial que proteja a coesão, o respeito pelos direitos dos trabalhadores e uma relação mais justa entre os CTT e o poder local. Ao mesmo tempo que assumimos este compromisso não excluimos o eventual recurso a medidas mais ousadas. Obrigado.